

Artigo recebido em
19/03/2014
Aprovado em
10/04/2014

MARIA DE JESUS
DAIANE RUFINO
LEAL

Universidade Estadual do
Piauí –
daianerufino@yahoo.com.br
Jornalista com mestrado
em Comunicação pela
Universidade Metodista
de São Paulo. Professora
e coordenadora do
curso de Comunicação
Social da Universidade
Estadual do Piauí - Picos.
Coordenadora do Núcleo
de Pesquisa em Jornalismo
e Cultura na mesma
instituição.

A Coluna do Castello: da instabilidade política à repressão do AI-5

Maria de Jesus Daiane Rufino Lean

Resumo

A *Coluna do Castello*, publicada no *Jornal do Brasil* de 1963 a 1993, constitui o espaço jornalístico de maior longevidade da imprensa nacional. Na coluna, o jornalista Carlos Castello Branco fazia relatos informativos, análises e previsões sobre os rumos da política nacional. Este artigo estuda, com base em análise de conteúdo, teoria dos gêneros jornalísticos e perspectiva histórica, os textos publicados na *Coluna do Castello* na fase inicial da Ditadura Militar no Brasil (de 1963 a 1967), compreendendo a preparação e o Golpe de 1964 e a fase de repressão mais forte contra a imprensa (de 1968 a 1973), com a decretação do Ato Institucional nº5.

Palavras-chave: Coluna do Castello, jornalismo, ditadura.

Abstract

Published at *Jornal do Brasil* from 1963 to 1993, *Coluna do Castello* is the journalistic column of greater longevity in the domestic press. At the column, the journalist Carlos Castello Branco used to post informative reports, analyzes and predictions on the directions of the national politics. Based on content analysis and the theory of journalistic genres and historical perspectives, this paper studies the texts published at *Coluna do Castello* in the early stage of the military dictatorship in Brazil (1963-1967), including the preparation and the coup d'état of 1964, and the phase of stronger repression against the press (1968-1973) as the Institutional Act No. 5 was enacted.

Keywords: Coluna do Castello, journalism, dictatorship.

Estudos em Jornalismo
e Mídia
Vol. 11 Nº 1
Janeiro a Junho de 2014
ISSNe 1984-6924

Comentários jornalísticos de Carlos Castello Branco, publicados no *Jornal do Brasil*, passaram quatro períodos relevantes da história recente do país: o conturbado governo do então vice-presidente João Goulart e o golpe militar de 1964; o endurecimento do regime com a decretação do Ato Institucional nº5; o período de transição para a abertura política, a partir do governo Ernesto Geisel; e o período de redemocratização do país, a partir de 1985. Para este estudo foi selecionada uma amostra de textos referentes às duas primeiras fases citadas.

O funcionamento das instituições políticas e o comportamento da sociedade brasileira em cada um destes momentos influenciaram diretamente a produção jornalística no país e, por conseguinte, o trabalho de Carlos Castello Branco como comentarista destes acontecimentos.

Em 30 anos de *Coluna do Castello*, foram quase 8 mil textos. “O maior volume produzido por um só autor sobre essa fase do país” (VEJA, 1993, p.22).

A coluna mais lida do jornalismo político nasceu em um momento conturbado da história do país, no governo João Goulart, que assumiu em 1962 após a renúncia de Jânio Quadros. E viveu seus primeiros anos sob o olhar severo da Ditadura Militar. “A tentativa de golpe de Estado, ocorrida em agosto de 1961, quando os ministros militares procuraram impedir, pela força, a posse do vice-presidente João Goulart, que estava em viagem oficial ao Oriente, em seguida à renúncia do presidente Jânio Quadros”, provocou o desencadeamento de forte censura à imprensa (SODRÉ, 1966, p.470).

Segundo Bahia (1990, p.325), a imprensa foi inicialmente conivente com a ação revolucionária dos militares. Quando vibrou com a queda do presidente João Goulart, a imprensa não previu os horizontes de mudança que estavam por vir. Nos primeiros textos publicados na coluna, Castello escrevera que a situação porque passava o país era insustentável, posicionando-se favorável ao golpe de 64 que depôs Goulart. Disse em entrevista:

Não estava notoriamente a favor. Me esforçava para ficar neutro, mas era evidente que o regime estava caindo. Estava sendo destroçado pela incompetência de política de João Goulart e do Brizola. Propiciaram uma conspiração civil e militar. Eu estava na ilusão de que era um processo clássico de golpe militar no Brasil. (CASTELLO BRANCO, 1976)

Pouco tempo depois, posicionou-se contra o governo do militar Humberto Castello Branco. Assim como outros setores da imprensa, Castello decepcionou-se quando o presidente Castello Branco aceitou a prorrogação do mandato e depois quando assinou o Ato Institucional nº 2, que estabeleceu em definitivo as eleições indiretas para presidente e extinguiu os partidos políticos existentes, instituindo o bipartidarismo.

A Ditadura Militar que comandou o Brasil dos anos de 1964 a 1985 restringiu a liberdade de informação e anulou os direitos básicos dos cidadãos. Assim a relação de convivência entre os proprietários de veículos de comunicação e os militares não foi duradoura; a censura sufocou a aliança. Outros problemas vieram a afetar a aparente estabilidade, sustentada pelo milagre econômico, fruto de uma política liberal de crédito e endividamento externo. “As relações entre

o poder e a imprensa se agravam a partir da crescente hostilidade do governo, que não reconhece como legítimo o direito à informação” (BAHIA, 1990, p.325). Os governos militares centralizaram as decisões políticas nos gabinetes das figuras de projeção e o ar de mistério cercou o palco da notícia no período (MARQUES DE MELO, 2003, p.117).

A *Coluna do Castello* foi inicialmente *Coluna de Brasília*. Surgiu em 1992 a partir de um convite de Alberto Dines, Hermano Alves e Mário Faustino, que trabalhavam na *Tribuna da Imprensa*, nesta época de propriedade de Nascimento Brito.

Durante seis meses, Castellinho escreveu para aquele jornal, morando em Brasília, de onde mandava o material para o Rio de Janeiro (FOGO CERRADO, 1990).

Em julho do mesmo ano, Nascimento Brito vendeu a *Tribuna da Imprensa* para Helio Fernandes e perguntou se Castellinho queria continuar na *Tribuna* ou preferia ir para o *Jornal do Brasil*. Na época ainda não havia sucursal do *JB* em Brasília, o jornal estava representado por André Marques na capital federal. Castello assumiu a sucursal e ficou como chefe até 1972, quando teve um enfarte e foi substituído primeiro por Walter Fontoura e depois por Haroldo Hollanda (FOGO CERRADO, 1990).

A mudança do título da coluna aconteceu a partir de iniciativa de Alberto Dines, que não considerava bom o nome inicial. Castello já havia pensando em uma alternativa e aproveitou para sugerir *Coluna do Castello*, mas antes disse: “é meio promocional”. Alberto Dines, editor do *JB*, aprovou a sugestão (FOGO CERRADO, 1990).

A *Coluna do Castello* estava entre as

inovações introduzidas por Alberto Dines no *JB*. As outras foram: departamento de pesquisa, departamento educacional, caderno infantil, o *jornal do Futuro*, o *festival JB* de curta metragem, o newsletter *Essências* e os *Cadernos de Jornalismo*¹ (NAVA, 2007, p.105). A reforma no periódico foi longa; iniciada no final da década de 1950, contou com a atuação de Alberto Dines, Wilson Figueiredo e Jânio de Freitas.

Antes da reforma no *Jornal do Brasil*, os jornais eram pesados, usavam linguagem rebuscada, quase ilegível e pouco atraente, seccionado em colunas por fios verticais. A partir de 1956, a contratação de novos e jovens jornalistas, para ganhar o dobro, possibilitou as alterações no processo editorial e gráfico. Fundado em 1891 por Rodolfo de Souza Dantas e Joaquim Nabuco, o matutino carioca nasceu no centro de acirrados debates políticos, reunia intelectuais que questionavam o regime republicano recém-instalado.

O jornal ingressou na década de 1950 sob a administração da condessa Pereira Carneiro e de seu genro, Manuel Francisco do Nascimento Brito.

Metodologia

A investigação sobre os textos publicados na *Coluna do Castello* compreendeu um estudo de natureza exploratória, com aplicação da análise de conteúdo. Segundo Bardin (1977, p.115), a análise de conteúdo fundamenta-se na frequência de aparição de certos elementos da mensagem. A técnica oferece “[...] dados descritivos através de um método estatístico. Graças a um desconto sistemático esta é mais

1- Além destas mudanças, o *JB* passou a publicar fotos na capa, ampliou-se o número de páginas e criou-se uma página para esportes. O período é considerado como o de transformação do *Jornal do Brasil*.

exata, visto que a observação é mais bem controlada”. Para a seleção dos comentários analisados foi empregado o tipo de amostra estratificada, descrita por Gil (1999) como o processo em que a população é dividida em subgrupos e a amostra a ser analisada é selecionada de cada um dos grupos de forma aleatória.

A Coluna do Castelo estava entre uma das inovações introduzidas por Alberto Dines no Jornal do Brasil

As colunas foram divididas em dois extratos, conforme os diferentes períodos históricos pelos quais passou a política brasileira. A divisão teve como objetivo relacionar a produção jornalística com a conjuntura do momento. No total, foram selecionadas 22 colunas, duas de cada ano. Os extratos foram assim divididos:

Primeiro extrato (1963 a 1967) – são 10 colunas que representam cinco anos, estende-se do período pré-golpe, com o governo João Goulart, até a primeira fase do regime militar, governo Castello Branco e parte do governo Costa e Silva;

Segundo extrato (1968 a 1973) – a amostra compreende 12 colunas relacionadas ao período de endurecimento do regime militar com a decretação do Ato Institucional nº5, em dezembro de 1968, e o governo de Emílio Médici (de 1969 a março de 1974).

Os comentários coletados nestas colunas foram avaliados com base nos pressupostos teóricos de autores

que trabalham com os conceitos e classificações de gêneros jornalísticos. A unidade de registro analisada foi o documento completo, nesta pesquisa compreendida como um comentário². Foram usados nove conjuntos de categorias para codificação das informações: tipo de título (informativo, descritivo ou opinativo); a estrutura da coluna (com presença ou não de notas informativas); citação de fontes (se o comentário citava a origem das informações); tipos de fontes (a quais grupos ou setores sociais pertencem as fontes citadas); tipos de comentários (a partir da leitura dos textos de Castello fez-se a identificação dos tipos); temas e subtemas (do que tratam os comentários); contextualização do tema (se o comentário fazia referência ao passado); grupos citados (a quais grupos sociais pertencem os nomes citados nos comentários) e nomes citados (quem esteve mais presente nas referências de Castello).

O foco principal da análise qualitativa foi o referencial histórico, onde a realidade social, política e econômica do país é usada para caracterizar o comportamento da imprensa em determinado momento.

O jornalista Carlos Castello Branco

Carlos Castello exerceu o jornalismo durante 54 anos, dos 19 até o seu falecimento, aos 73 anos de idade, em 1993. Atuou em dez veículos de comunicação do país. Foi secretário de Imprensa da Presidência da República, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal e membro da Academia Brasileira de Letras.

Piauiense, nasceu na capital Teresina,

2- Em algumas colunas, além do comentário, eram publicadas notas informativas abaixo do comentário. Ressalta-se que estas notas foram analisadas apenas em relação à sua presença ou ausência na coluna e não foram consideradas em outras categorizações.

em 25 de junho de 1920, era filho do desembargador Christino Castello Branco e Ducilla Santana Castelo Branco, casal que fazia parte da classe média brasileira do começo do século XX.

Depois de Teresina, Castello viveu em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro e em Brasília. Casou-se com Élvia Castello Branco com quem teve três filhos: Luciana, Pedro e Rodrigo, este último falecido em um acidente de carro, em 1976, aos 25 anos de idade. Durante sua vida, Carlos enfrentou duas doenças graves, um infarto e um câncer que veio a lhe tirar a vida.

O jornalismo praticado por Castelinho em sua Coluna no *Jornal do Brasil* o levou a ser denominado de diferentes formas, ora jornalista político, ora colunista, ora cronista político e, muito mais raramente, comentarista. Análise feita por Ana Regina Rêgo (2009, p.15) atesta que a atuação de Carlos Castello Branco “ajudou a consolidar o gênero opinativo no jornalismo brasileiro [...] escolheu o comentário, como o melhor meio para traduzir os meandros da política nacional”.

Quando questionado, em entrevista, de que forma a situação política o fez mais analista que repórter, respondeu dizendo que, na falta de liberdade, “o jeito é escrever dizendo as coisas, mas escondendo as notícias, sem parecer que a gente sabe.

É partir para o mais geral, ficando menos no particular”, pois, “o pressuposto da análise são certas informações que tenho e que não posso tornar explícitas” (AUTRAN, 2007, p.45).

Mesmo sendo sutil, Castello incomodou aqueles que exigiam silêncio e ausência de críticas. A relação de Castelinho

com os militares é composta de histórias curiosas que representam a relação entre imprensa e governo nos anos *de chumbo*. Em um desses episódios, Castello ouviu de um Coronel: “O senhor escreve o que está escrevendo e não lhe acontece nada porque sabemos que só nós entendemos isso” (CASTELLO BRANCO, 1976).

No período entre o Ato Institucional nº5 até o início do governo Geisel, Castello resistiu, com Nascimento Brito, numa luta quase diária, às tentativas militares de “enquadrar” sua coluna. (CARNEIRO, 2005). Chegou a pedir demissão duas vezes por não ter espaço para fazer suas análises. Numa dessas ocasiões, no governo Médici (outubro de 1969 a março de 1974), “foi dissuadido por dois ministros de origem militar, Mario Andreazza e Jarbas Passarinho, que sabiam da péssima repercussão política que essa decisão geraria, e trabalharam para arrefecer as pressões” (PEREIRA, M., 2010). Durante os anos em que escreveu a coluna, Castello sofreu ameaças e prisões arbitrárias. Recebia dezenas de cartas, uma delas tinha um sujeito enforcado e a frase “o próximo será você, seu efedapê” (CASTELLO BRANCO, 1976). Castello foi preso pela primeira vez em dezembro de 1968, após a decretação do AI-5. Ele foi acusado de ter participado dos acontecimentos que levaram a Câmara dos Deputados, naquele mesmo dia, a negar a licença para processar o deputado opositor Márcio Moreira Alves, contrariando pedido feito pelos militares.

Instabilidade e o golpe militar: a Coluna do Castello entre os anos 1963 a 1967

As primeiras *Colunas do Castello*

publicadas entre o período de 1963 aos primeiros meses de 1964 refletiam a instabilidade política que passava o país e o governo de João Goulart. Trecho do comentário publicado em 15 de janeiro de 1963 demonstra a situação conflitante entre o governo e a oposição:

Mostram-se, assim, empenhados os udenistas no rápido encerramento do episódio constitucional, e se preparam para recuar suas linhas de resistência para a defesa da Constituição de 1946, ao mesmo tempo que anunciarão o propósito de permanecer em oposição vigilante relativamente ao Governo do Sr. João Goulart. (JORNAL DO BRASIL, 1963)

Toda esta situação de instabilidade significava a iminência do golpe militar, que se instalou “com um forte consentimento civil” e de setores empresariais, especialmente da grande imprensa. (ABREU, 2001, p.13). “A maioria dos proprietários de jornal encampavam as idéias do liberalismo econômico e se identificava com o ideário da UDN, o partido que, junto com os militares, conspirou para a deposição de João Goulart” (ABREU, 2001, p.13). O próprio Carlos Castello Branco fora a favor da derrubada do presidente João Goulart, conforme contou em entrevista. No entanto, diante das restrições à liberdade de expressão, os jornalistas passaram a ser penalizados com a nova forma de governar. “No período imediatamente após o golpe e até 1968, a forma mais comum de controle da informação é o telefonema para as redações de jornais proibindo a divulgação de notícias” (BARBOSA, M., 2007, p.187).

Apesar desta primeira fase do regime militar ser considerada como um período

mais ameno com relação à censura, se comparado com a fase posterior, mecanismos de controle de informação já haveriam sido instalados logo após o golpe, entre eles o Serviço Nacional de Informações (SNI). “Há a preocupação com o armazenamento de informações e com a divulgação que a imprensa poderia produzir para o público” (D’ARAÚJO, 1994 apud BARBOSA, M., 2007, p.187).

A análise da coluna nesta fase demonstrou que a informação foi um dos principais elementos usados por Castello para comentar os fatos, demonstrando que um formato do gênero opinativo não é constituído obrigatoriamente apenas com opinião, mas também por interpretação e informação. Como foi descrito, o comentário possui “ancoragem informativa e perspectiva histórica” (MARQUES DE MELO, 2003, p.117), é um texto opinativo, mas que contém informações, análises, interpretações e opiniões e, por isso, aproxima-se da crônica e do editorial (MARTINEZ ALBERTOS, 1974 apud MARQUES DE MELO, 2003, p.115).

Na primeira fase, de 1963 a 1967, tem-se uma coluna com considerável número de informações, tanto na estrutura dos títulos (40% dos títulos das colunas deste período possuíam informação), quanto no tipo de comentário (40% do tipo factual). Outros elementos como grande percentual de citação de fontes (60%), presença de notas informativas na coluna (50%) indicam uma fase marcada por acesso às informações, ao governo e ao parlamento. Os representantes do Legislativo tem presença massiva nos comentários desta fase, sendo citados em 100% da amostra e em 40% como fontes.

O trabalho de Castelinho nesta

primeira fase o confirma como o principal comentarista político do país, a liberdade que ainda dispunha nestes primeiros governos (João Goulart, Raniere Mazzili e Humberto Castelo Branco) propiciara ao jornalista fazer da *Coluna do Castello* um espaço de informações privilegiadas, além de análises inteligentes e de previsões certas. Na fase seguinte, a *Coluna do Castello* viria a transformar-se, adotando novo estilo e imprimindo alterações consideráveis no conteúdo.

O AI-5 e a repressão à imprensa: a *Coluna do Castello* entre os anos 1968 a 1973

As medidas adotadas pelo governo militar a partir de 13 de dezembro de 1968 afetaram diretamente a *Coluna do Castello*. Nesta data, o governo comandado pelo general Costa e Silva decretou o Ato Institucional nº5, fechando o Congresso e dando início à fase mais repressiva da ditadura. O comentário de Carlos Castello Branco publicado no dia posterior explica o que significou o AI-5:

Ele (AI-5) cobre perfeitamente as previsões dos deputados mais íntimos do processo revolucionário, que antecipavam uma peça destinada a munir o Governo dos instrumentos para fazer tudo o que por timidez ou por compromisso democrático deixou de fazer, nos dias quentes da revolução de março, o Presidente Castelo Branco.

O Congresso, posto em recesso por tempo indeterminado, está praticamente fechado e tudo indica que se cumprirão as profecias de um expurgo no Poder Judiciário. (JORNAL DO BRASIL, 1968)

No mesmo comentário, Castello previu como seriam difíceis, a partir daquele ato,

as manifestações de oposição ao governo, e ressaltou o papel que a imprensa desempenharia a partir de então:

A medida estancou todas as fontes políticas de resistência ao Governo, não deixando nenhuma válvula. A Oposição não terá a menor possibilidade de produzir-se, a não ser que seja respeitada, e até quando o for, a liberdade de imprensa. Mesmo assim os políticos estão de tal modo contidos que seu acesso aos jornais importará num risco certo para cada um deles. (JORNAL DO BRASIL, 1968)

Nesta mesma data, a primeira página do *Jornal do Brasil* publicou em linguagem cifrada uma crítica à instauração do Ato. A previsão do tempo nada tinha a ver com o sol que fazia: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por ventos fortes”. No outro lado da página o título era: “Ontem foi o dia dos cegos” (MARQUES DE MELO; QUEIROZ, 1998, p.169).

Durante esta fase sombria da história brasileira, a censura instalou-se em definitivo nos órgãos de comunicação. O governo censurava a imprensa através de “bilhetinhos” e telefonemas, autocensura e censura prévia, quando o jornal era obrigado a submeter os originais a um censor/policial que se instalava dentro das redações. A gama de assuntos vetados aos jornalistas e veículos de comunicação era extensa: corrupção no governo, greves, crises políticas, protestos estudantis, as condições de vida do cidadão comum, citações a determinados indivíduos, além da própria informação sobre a existência da censura (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.130).

A autocensura foi bem mais geral, abrangendo a totalidade da grande

imprensa, “[...] consistia no informe aos meios de comunicação sobre assuntos cuja veiculação era proibida. Cabia aos jornalistas suprimir estes temas da pauta de assuntos publicados, sob o risco de represália” (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.131). As punições para quem desobedecesse às determinações descritas nos bilhetes eram a apreensão dos jornais, além da ameaça de censura prévia e o afastamento de jornalistas. O governo agia ainda sobre os setores comerciais das empresas de comunicação: auditorias contábeis, suspensão de anúncios, pressões sobre anunciantes. (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.132).

O *Jornal do Brasil* começou a sofrer com a repressão do governo antes mesmo do AI-5. Segundo Marconi (1980), a censura prévia fora instalada no *Jornal do Brasil* dois meses antes, em outubro de 1968. Neste mesmo período, censores militares invadiram o jornal *Tribuna da Imprensa*. Para minimizar os eventuais prejuízos da censura ou perseguição da ditadura, o *Jornal do Brasil* e a *Editora Abril* elaboraram normas que, “na prática, constituíam uma efetiva autocensura” (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.135). Uma circular interna do JB, de 1969, arrola vários temas que deveriam ser tratados com o “maior cuidado” (questões militares, movimentos de contestação ao regime, entre outros) (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.135).

Apesar das represálias e até das prisões sofridas por Castellinho, o jornalista manteve a publicação de sua coluna, mas foi obrigado a imprimir um novo estilo aos seus comentários e reduzir drasticamente a informação nos textos. Como constatou Marques de Melo (2003, p.118), foram poucos os jornalistas que

conseguiram manter suas publicações opinativas neste período. “Os que permaneceram ativos entregaram-se a um trabalho refinadíssimo de explicar os fatos através de uma linguagem cifrada que só os iniciados nos bastidores da política podiam perceber com exatidão”.

Tereza Cruvinel (2006, p.214) considera o trabalho de Castello naquela fase como “heroico e exemplar”:

Castellino, como era conhecido, fez da arte de evitar ou driblar a censura seu próprio estilo, explorando com sutileza as entrelinhas e as figuras de linguagem para transmitir sua mensagem, em um trabalho denso e persistente que foi muito mais analítico/informativo do que opinativo. (CRUVINEL, 2006, p.214).

A pesquisa sobre os comentários da *Coluna do Castello* nesta fase constatou tanto o estilo refinado, a que se referiu Marques de Melo (2003), quanto ao uso de figuras de linguagem, a que se referiu Cruvinel (2006).

Nesta fase, a informação esteve reduzida tanto nos títulos, no conteúdo dos comentários e nas notas. Enquanto que, na primeira fase, 40% dos títulos continham alguma informação, nesta segunda fase, apenas 25% deles eram informativos e 75% descritivos. A referência às fontes de informação, considerada como indicativo para a presença de informação, estivera ausente – apenas 33,33% da amostra o jornalista fazia referência a alguma fonte. Na primeira fase, esse percentual era de 60%.

A ausência de fontes e a redução das informações nos comentários de Carlos Castello Branco nesta fase refletem o difícil acesso dos jornalistas e dos órgãos de comunicação às fontes oficiais. Algumas medidas vieram a

prejudicar a cobertura política no país naquele período, entre elas a fixação de portarias administrativas nos ministérios proibindo qualquer funcionário de prestar qualquer informação a jornalistas (MARCONI, 1980, p.103). “Além das violências policiais, há também outro aspecto, não menos grave, porque sutil e permanentemente, que é o da coleta de informações” (MARCONI, 1980, p.99).

Conforme descrevera Marconi (1980, p.101), fora neste período revolucionário que proliferaram as assessorias de imprensa e relações públicas, que acabaram por se tornar instrumentos usados pelas autoridades para “[...] se verem livres da presença de jornalistas que tem o mau costume – segundo elas – de fazer perguntas indiscretas e embaraçosas”. Na avaliação do autor, “elas tiveram sua função deturpada e passaram a agir teleguiadamente como uma barreira intransponível entre os profissionais de imprensa e a autoridade que devia prestar as informações” (MARCONI, 1980, p.101).

Todas estas circunstâncias vieram a imprimir modificações nos comentários políticos de Castellinho, como demonstram os dados desta pesquisa: os parlamentares e também os partidos são praticamente extintos na coluna, são citados como fontes em apenas 8,33% da amostra, cada um. A referência a deputados e senadores como personagens dos acontecimentos reduz pela metade, aparecem em apenas 41% da amostra. A referência a representantes da sociedade civil também reduz vertiginosamente, saindo de 20% na primeira fase para 8,33% na segunda. Já os membros do Executivo continuam como personagens principais. Estes dados demonstram a

uniformidade do discurso na mídia, que passa a ser limitado aos representantes do governo.

Nesta segunda fase, quase não há comentários com base informativa, apenas 8,33%, os tipos predominantes são o crítico e o hipotético (25% cada). A informação, anteriormente principal eixo do comentário, dá lugar às especulações e aos argumentos mais evasivos. Os títulos são predominantemente descritivos (75%) e as notas informativas praticamente desaparecem das colunas (25%). Os dados confirmam a análise feita pelo próprio Carlos Castello Branco, quando afirmava que a *Coluna do Castello* havia adotado um estilo “ensaístico” no período mais fechado do regime militar, pois faltavam aos jornalistas informações e acesso às fontes.

Diante de todos os impropérios, de tantas dificuldades, Castello permaneceu com a publicação da coluna. Provavelmente esta tenha sido a fase de maior dificuldade para tal, mas ele manteve diariamente a exposição de suas análises, críticas, comentários. Como o próprio jornalista definiu, durante solenidade de posse na Academia Brasileira de Letras: “sei que não trabalhei em vão”. E não fora mesmo um trabalho em vão. As críticas de Castello possivelmente contribuíram para alertar seus leitores a respeito dos excessos cometidos pelos militares, contribuiu para dar voz à oposição, enfim, contribuiu para a democracia brasileira.

Considerações: o legado de Carlos Castello Branco para o jornalismo brasileiro

A história de Castellinho revela um profissional dedicado e um homem forte,

permitindo reafirmar a condição de um dos jornalistas mais influentes na política brasileira durante o século XX.

De todo o seu trabalho como comentarista no *Jornal do Brasil*, o que mais impressiona é a defesa que Castello fez da liberdade de imprensa como condição primordial para a consolidação da democracia. As atitudes deste jornalista diante da censura e da repressão remetem à discussão sobre a relação entre imprensa e democracia, na qual somente a existência da imprensa não significa plena democracia, pois são necessárias condições políticas favoráveis. A deficiência da imprensa em contribuir com a democracia estaria na maneira de organização do próprio jornalismo e na incapacidade de fornecer a quantidade de conhecimento que o indivíduo necessita para exercer plena liberdade democrática.

No entanto, mesmo em períodos de pouca ou nenhuma democracia, Carlos Castello Branco usou de sua função de formador da opinião pública para orientar os seus leitores sobre os acontecimentos políticos no país, dando uma contribuição significativa para a conscientização de grande número de

pessoas e, primordialmente, concedendo espaço, através de seus comentários, para que políticos e partidos de oposição ao governo pudessem opinar.

As críticas que Castellinho fizera à atividade jornalística e alguns episódios embaraçosos de sua vida como a posse na Academia Brasileira de Letras não lhe tira mérito como profissional de imprensa, que optou pela ética e independência. Os comentários em que ele faz à defesa da liberdade e da democracia são um instigante estímulo aos jovens jornalistas, por isso, sua vida e produção merecem novos e mais estudos.

O êxito de Carlos Castello Branco como comentarista pode ser explicado por sua capacidade de prever o futuro, não como um vidente, mas como um observador do presente e conhecedor do passado. A *Coluna do Castello* tornou-se referência por oferecer ao leitor e, principalmente, à classe política, as possibilidades de desdobramentos dos fatos da atualidade e do surgimento de novos acontecimentos. Muito mais do que prever, Castello, através de seus comentários, orientou e influenciou na dinâmica dos próprios fatos.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira et al. **A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos Anos 50**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

AUTRAN, Cristina. A noite de Castello: entrevista com Carlos Castello Branco. In: **“Por que a mulher gosta de apanhar”**: e outras reportagens dos anos 1960 e 1970. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007. pp.43-48.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica – história da imprensa brasileira**. 4 ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900 – 2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

CASTELLO BRANCO, Élvia. IN: **Observatório da Imprensa**. Entrevista reproduzida em 5 jul.2000. Disponível em <<http://www.observatordaimprensa.com.br>>. Acesso em 23 mar.2010.

CASTELLO BRANCO, Carlos. **A Renúncia de Jânio – um depoimento**. 3ªed. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

CASTELLO BRANCO, Carlos. Entrevista publicada em 31 de dez. de 1976. Rio de Janeiro: Pasquim. Entrevista concedida a Ziraldo.

CASTELLO BRANCO, Carlos. **Castello 50 anos de jornalismo**. Entrevista. Publicada em 21 de março de 2010. Disponível em: <www.carloscastellobranco.com.br>, Entrevista concedida a Adriana Zarvos.

CASTELLO: 40 anos de jornalismo. **Senado Federal**, 1979.

CASTRO, Pedro Jorge (org). **Carlos Castelo Branco: O jornalista do Brasil**. Entrevista concedida a Carlos Chagas. Senac. Distrito Federal, 2006.

CORRÊA, Marcos Sá. Luto nos Bastidores – morre Castellinho, o jornalista que melhor traduzia a babel dos políticos. **Veja**. São Paulo, pp.92-93, 9 jun. 1993.

COSTA FILHO, Odylo. Carlos Castello Branco: jornal e história. In: CASTELLO BRANCO, Carlos. **Os militares no poder**. pp. 7-17.

CRUVINEL, Tereza. Colunismo: análise, opinião e ética. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de. (Org.). **Jornalismo Político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006. pp.211-233.

DINES, Alberto. IN: **Observatório da Imprensa**. Artigo de 5 jul. 2000. Disponível em:

<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>>. Acesso em: 01 abr.2010.

DOYLE, Hélio Marcos. **Carlos Castello Branco** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <daianerufino@yahoo.com.br> em 23 ago.2010.

DUARTE, Celina Rabello. **Imprensa e Redemocratização no Brasil**: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-1978. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de mestrado, 1987.

FOGO CERRADO. Castello conta tudo o que a história não conta. Rio de Janeiro, pp.14-22, agosto, 1990.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JORNAL DO BRASIL. Caderno especial Carlos Castello Branco. p.4, 2 jun.1993.

JORNAL DE BRASÍLIA. Suplemento – Edição especial. Pompeu, o jornalista. 21 mar. 1976.

JORNAL DE MINAS. Carlos Castello Branco x a realidade dos fatos. Belo Horizonte, p.1, 9 set.1977.

LEAL, Maria J. D. R. **Carlos Castello Branco**: o comentarista paradigmático da imprensa brasileira. Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de São Paulo, 2011.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira** (1968 – 1978). 2ed. São Paulo: Global, 1980.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961 – Que as armas não falem**. São Paulo: SENAC, 2001.

_____. O Castello da Coluna. **Revista Imprensa**. pp.46-50, set.1987.

MARQUES DE MELO, José. (Org.). **Síndrome da Mordança – Mídia e Censura no Brasil** (1706-2006). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

MELO FILHO, Murilo. “Castellino” Branco: um ícone e um guru. In: **Tempo Diferente**. Rio de Janeiro: Topbooks: Academia Brasileira de Letras, 2005. pp.125-135.

NAVA, Rosa. Sob o signo da censura: nascimento e morte do jornalismo interpretativo. In: MARQUES DE MELO, José (Org.). **Síndrome da Mordança – Mídia e Censura no Brasil** (1706-2006). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007. p.101 – 130.

REGO, Ana Regina. Carlos Castello Branco – a opinião no jornalismo brasileiro. In: MARQUES DE MELO, José (Org.). **Imprensa Brasileira: Personagens que fizeram história**. 4 v. São Paulo: Imprensa Oficial; São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2009. pp.25-40.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**.

Florianópolis: Insular, 2007.

SILVA, Abdias. Castellinho e as virtudes de Cristino. **O Estado**. Brasília, 27 set. 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

ZARVOS, Adriana. Entrevista **Castello 50 anos de jornalismo**. Disponível em: <www.carloscastellobranco.com.br>, 21 de março de 2010. Entrevista concedida em 1986.

Este artigo e todo o conteúdo da **Estudos em Jornalismo e Mídia** estão disponíveis em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo>

Estudos em Jornalismo e Mídia está sob a Licença Creative Commons 2.5